



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 748
00001

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748,
DE 2016**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui
as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

EMENDA MODIFICATIVA N.º

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

*"Art. 1º A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar
com as seguintes alterações:*

Art. 24.

*"§ 3º O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao plano
diretor municipal, existente ou em elaboração, conforme os prazos fixados
a seguir, contados da data de vigência desta Lei:*

*I – para municípios com população inferior a cinquenta mil
habitantes, oito anos;*

*II – para municípios com população igual ou superior a cinquenta
mil habitantes, mas inferior a cem mil habitantes, doze anos;*

*III - para municípios com população igual ou superior a cem mil
habitantes, mas inferior a duzentos mil habitantes, dezesseis anos;*

*IV – para municípios com população igual ou superior a duzentos
mil habitantes, vinte anos.*

*§ 4º A população municipal a que se refere o § 3º deste artigo é
aquela apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
e informada ao Tribunal de Contas da União - TCU no ano anterior ao de
entrada em vigor desta Lei.*

*§ 5º O Município que não tenha elaborado o Plano de Mobilidade
Urbana até a data de promulgação desta Lei deverá fazê-lo em
conformidade com um dos prazos fixados no § 3º deste artigo, a depender
de sua população, apurada nos termos do § 4º deste artigo.*

*§ 6º Encerrado o prazo a que se refere o § 5º deste artigo, o
Município fica impedido de receber recursos orçamentários federais
destinados à mobilidade urbana até que atenda à exigência estabelecida*



CD/16105.75233-64

nesta Lei.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a situação econômica atual do país, as dívidas dos estados e municípios e a eventual aprovação da PEC 241 (teto), os impactos financeiros nos municípios serão inevitáveis, conduzindo a enormes dificuldades para a execução da lei. Isso é fato relevante e deve ser considerado para efeito de dilatação do prazo estabelecido aos entes municipais para a elaboração dos planos de mobilidade.

Nossa emenda, ao oferecer mais prazo aos municípios, tratou de separá-los conforme a população, partindo do pressuposto de que municípios mais populosos, nos quais a organização do transporte público e as demandas por deslocamento são mais complexas, requerem mais tempo para fazer um diagnóstico da situação local e, então, efetuar o planejamento da mobilidade urbana.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado TENENTE LÚCIO

